

Os usos da América em O Segundo Tratado sobre o Governo de Locke

Herman Lebovics¹

Tradução: Lucas M. Lessa²

Revisão da tradução: Virginia H. Ferreira da Costa³

John Locke foi o primeiro filósofo moderno a descobrir o Novo Mundo e fazer da sua existência o principal componente de uma filosofia política.⁴ “No princípio, o mundo inteiro era a *América*”, ele escreveu n’*O Segundo Tratado sobre o Governo*⁵, tornando, assim, aquele vasto e inexplorado continente uma parte integral da filosofia política ocidental. As páginas de seu texto estão repletas de referências ao mundo do outro lado do Atlântico, que, no tempo de Locke, encontrava-se no início de uma sistemática colonização e povoamento.⁶

O interesse de Locke no Novo Mundo estende-se para além da discussão filosófica do *Segundo Tratado*. Ele avidamente catalogou e devorou livros de grandes viagens e explorações. Por meio de seu patrono Anthony Ashley Cooper, o Primeiro Conde de Shaftesbury, ele se tornou proprietário de milhares de hectares de terras inexploradas da província da Carolina e membro de variadas companhias criadas para lucrar com as possessões ultramarinas. Ele serviu em órgãos governamentais instituídos para supervisionar o império colonial. Uma porção significativa de seus rendimentos vinha de seu trabalho enquanto funcionário público colonial

¹ Tradução do artigo original: Lebovics, Herman. “The Uses of America in Locke's Second Treatise of Government”. *Journal of the History of Ideas*, Vol. 47, No. 4 (Oct. - Dec., 1986), pp. 567-581. Agradecemos à University of Pennsylvania Press Journals e ao autor pela permissão para publicação da tradução. Herman Lebovics é professor emérito do Departamento de História da Stony Brook University, em Nova York. Graduou-se pela University of Connecticut em 1956 e obteve seu mestrado na Yale University em 1957. Entre 1959 e 1960, estudou na Freie Universität Berlin, completando seu doutorado em Yale em 1965. Contato: hlebovics5@gmail.com / herman.lebovics@stonybrook.edu (N.T.).

² Mestre e bacharel em filosofia pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e bacharel em direito pela Faculdade de Direito de Vitória (FDV). E-mail: lucas_lessa@hotmail.com.

³ Professora do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Filosofia (FFLCH-USP). E-mail: virginia.costa@usp.br orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9287-4634>

⁴ Pesquisadores em diversos campos me ajudaram a explorar as ideias neste trabalho por meio de fronteiras disciplinares perigosas. Gostaria de agradecer especialmente a Michael Zweig, Karl Bottigheimer, Bernard Semmel, Sidney Gelber, Hal Benenson e Dick Howard por suas ideias e críticas. (N.A.).

⁵ Cf. Peter Laslett, *Locke's Two Treatises of Government: A Critical Edition with Introduction and Notes* (2nd ed.; Cambridge, 1970), 319. Daqui em diante citado como *Two Treatises*. Peter Laslett and John Harrison, *The Library of John Locke* (Oxford, 1965), daqui em diante citado como *Locke's Library*. A biografia padrão continua sendo Maurice Cranston, *John Locke: A Biography* (New York, 1957); cf. 153-54. (N.A.)

⁶ Ver os primeiros volumes da série de Immanuel Wallerstein sobre o sistema-mundo, *The Modern World-System*, I, *Capitalist Agriculture and the Origins of the World-Economy in the Sixteenth Century* (Nova York, 1974), especialmente 346-57, e II, *Mercantilism and the Consolidation of the European World-Economy, 1600-1750* (Nova York, 1980). Em linhas gerais, a escola do sistema-mundo não tem perseguido os aspectos intelectuais das questões que suscita. Baseando-se em uma análise do sistema-mundo, mas tentando assumir a perspectiva dos povos “descobertos”, indica-se Eric R. Wolf, *Europe and the People without History* (Berkeley, 1982), especialmente 3-23, 158-94. (N.A.)

e de seus investimentos nas colônias. A vida de Locke esteve intimamente atrelada à América, às Índias Ocidentais e à Índia. Assim como seu pensamento.

A tese deste texto é que, enquanto pensador, Locke utilizou os vastos recursos inexplorados do Novo Mundo para fornecer a premissa chave que estava na base do argumento de sua filosofia política. Em seu *Segundo Tratado*, ele convocou o Novo Mundo para validar a sociedade emergente no velho. Ele foi o primeiro filósofo do sistema mundial emergente.

Aceitando o oportuno desafio de Quentin Skinner, ou do método skinneriano, este texto buscará “a possibilidade de um diálogo entre a discussão filosófica e a evidência histórica”.⁷ Primeiramente, explicitará as justificativas de Locke para a existência da propriedade privada, conforme ele as apresentou em seu *Segundo Tratado sobre o Governo*. Em seguida, demonstrará a inadequação lógica desses argumentos, assim como sua irrelevância para a sociedade inglesa, tanto no momento da composição do *Tratado* quanto no de sua publicação. Por fim, extrairá o argumento sutil que Locke teceu na discussão do *Segundo Tratado*, um argumento que depende da existência de terras disponíveis para a apropriação no Novo Mundo. Ao desnudar sua suposição não declarada da disponibilidade de recursos infinitos, poderemos transcender fraquezas factuais e lógicas que uma leitura historicamente ingênua de seu texto revela, de modo a julgar corretamente Locke como o sábio intelectual orgânico da elite britânica do século XVII, bem como das futuras gerações das classes dominantes britânicas.

A explicação de Locke sobre as origens da sociedade política e da propriedade privada em seu *Segundo Tratado sobre o Governo* é tão cheia de razoabilidade que encontrar suas falhas beira à grosseria. No entanto, o argumento de Locke mostra-se vulnerável. Como seus predecessores Grotius, Pufendorf e Hobbes, ele começou sua análise da sociedade humana a partir da noção de que a humanidade teria vivido em um estado de natureza: “pergunta-se muitas vezes, como objeção importante, onde estão, ou em algum tempo estiveram, os homens em tal estado de natureza?”⁸. Ao contrário de outros pensadores que começaram suas discussões sobre as origens da sociedade postulando um estado de natureza, Locke concedeu realidade histórica a esse estado. Ele ofereceu como evidência de sua alegação dois exemplos da vida contemporânea. Até aquele momento, ele argumentou, nações e, portanto, seus governantes habitam um estado de natureza uns com os outros. Além disso, “as promessas e acordos de troca etc. entre dois homens numa ilha deserta mencionados por *Garcilaso de la Vega* em sua *História do Peru*, ou entre um suíço e um índio nas florestas da

⁷ Ver “Meaning and Understanding in the History of Ideas” de Quentin Skinner, *History and Theory*, 8 (1969), 3-53. A premissa metodológica do ensaio de Neal Wood, *The Politics of Locke's Philosophy: A Social Study of “An Essay Concerning Human Understanding”* (Berkeley, 1983), oferece uma boa orientação: “Des-historicizar um clássico filosófico é despolitizá-lo e desumanizá-lo, separando-o de qualquer papel genuíno na vida e no conflito da época, além de divorciar artificial e mecanicamente o pensamento da ação” (7). De igual importância é Wood, *John Locke and Agrarian Capitalism* (Berkeley, 1984), que nos leva à parte do caminho ao ver Locke como um teórico do capitalismo agrário inicial (14). (N.A.)

⁸ Cf. *Two Treatises*, 294 [*Segundo Tratado*, § 14, p. 392]. Com as importantes exceções de Neal Wood e Richard Ashcraft, a maioria das reinterpretações recentes da filosofia política de Locke tem se concentrado em refutar a leitura de C. B. Macpherson, *The Political Theory of Possessive Individualism: Hobbes to Locke* (Oxford, 1962), do Capítulo V de Locke, “Da Propriedade”, do *Segundo Tratado*, e têm visto Locke como um pensador pré-moderno (isto é, não capitalista), à diferença do entendimento de Macpherson (cf. abaixo, notas 8-10). (N.A.) Todas as citações em colchetes do *Segundo Tratado* se referem à seguinte edição traduzida para o português: Locke, John. “Segundo tratado sobre o governo civil.” In: *Dois tratados sobre o governo*. São Paulo: Martins Fontes, 1998. (N.T.)

América, comprometem a ambos, embora em referência um ao outro eles estejam num perfeito estado de natureza”.⁹

De acordo com Locke, tanto “a razão natural – que nos diz que os homens, uma vez nascidos, têm direito à sua preservação”, quanto a revelação, que nos fornece um relato de que Deus “*den a terra aos filhos dos homens*, deu-a para a humanidade em comum” substanciam um estado original de propriedade comum das coisas desta terra.¹⁰ Mas o mesmo Deus que “deu o mundo aos homens em comum, deu-lhes também a razão, a fim de que dela fizessem uso para maior benefício e conveniência da vida”. E, ainda assim, dar a terra a toda a humanidade e não prever sua apropriação e uso indiscutível por qualquer homem em particular seria irracional por parte de Deus, e o Deus de Locke seria especialmente razoável – pode-se dizer –, uma personagem complacente e iluminista. Aqui também, em um ponto crucial de seu argumento, Locke tomou sua evidência do Novo Mundo: “O fruto ou a caça que alimenta o índio selvagem, que desconhece o que seja um lote e é ainda possuidor em comum, deve ser dele, e de tal modo dele, ou seja, parte dele, que outro não tenha direito algum a tais alimentos, para que lhe possam ser de qualquer utilidade no sustento de sua vida”.¹¹

Deste modo, Locke pode oferecer sua famosa formulação de que se “a Terra e todas as criaturas inferiores sejam comuns a todos os homens, cada homem tem uma *propriedade* em sua própria *pessoa*”, segue-se que “qualquer coisa que ele então retire do estado com que a natureza deixou, misture-a ele com o seu trabalho e junta-lhe algo que é seu, transformando-a em sua *propriedade*”.¹²

Duas observações importantes são necessárias aqui. Primeiro, esse ato não exige o consentimento comum do restante da humanidade, pois teríamos morrido de fome há muito tempo se fôssemos obrigados a esperar essa sanção para nossa sobrevivência.¹³ Em segundo lugar, Locke não diferenciou entre o nosso próprio trabalho e o de nossos bens vivos e empregados: “desse modo, o pasto que meu cavalo comeu, a relva que meu servidor cortou e o minério que retirei da terra em qualquer lugar onde eu tenha um direito a ele em comum com outros homens tornam-se minha *propriedade*, sem a cessão ou consentimento de quem

⁹ Cf. *Two Treatises*, 295. [Segundo Tratado, § 14, p. 393]. (N.A.)

¹⁰ Ibid., 303-04. Veja mais a introdução de Laslett, em *Two Treatises*, 100. [Segundo Tratado, § 25, pp. 405-6]. (N.A.)

¹¹ Ibid., 305. [Segundo Tratado, § 26, p. 407]. (N.A.)

¹² Ibid., 306. [Segundo Tratado, § 27, pp. 407-9]. Cf. Johannes Rohbeck, “Property and Labour in the Social Philosophy of John Locke”, *History of European Ideas*, 5 (1984), 65-77. As tentativas de Karl Olivecrona de situar Locke em uma tradição do direito romano me parecem incorretas para um homem que escreve em uma terra de common law e em definições de propriedade do common law. Ver seu “Das Meinige nach der Naturrechtslehre”, *Archiv für Rechts- und Sozialphilosophie*, 59 (1973), 197ff; “Locke's Theory of Appropriation”, *Philosophical Quarterly*, 24 (1974), 220, 226; “Appropriation in the State of Nature: Locke on the Origin of Property”, *Journal of the History of Ideas*, 35 (1974), 211, 218, 227; “The Term 'Property' in Locke's Two Treatises of Government”, *Archiv für Rechts- und Sozialphilosophie*, 61 (1975), 110-14. (N.A.)

¹³ Ibid., 306-08. Grotius e Pufendorf fundamentaram a transição da propriedade comum para a propriedade privada no consentimento comum porque desejavam justificar o governo pelo consentimento. Cf. Martin Seliger, *The Liberal Politics of John Locke* (Nova York, 1969) 181 e 187ff. Locke evitou cuidadosamente usar esse argumento do consentimento comum. No entanto, como Robert Filmer, o alvo do ataque no *Primeiro Tratado*, havia acertado precisamente em sua crítica a Grotius mediante a observação de que, se a propriedade privada fosse garantida pelo consentimento da humanidade, então a retirada desse consentimento por indivíduos ou grupos dissolveria todo o governo e lançaria a humanidade de volta a um estado de natureza. Sobre este ponto, ver mais em James Daly, *Sir Robert Filmer and English Political Thought* (Toronto, 1979), 24, 90, 158-59. Daly encontra o argumento da apropriação usado contemporaneamente na polêmica anti-Filmer, *Patriarchia non Monarcha* (1681), pelo amigo de Locke, James Tyrrell. (N.A.)

quer que seja”.¹⁴ Apesar de localizar suas origens no estado de natureza, Locke escreveu sobre propriedade no que era o mais moderno dos contextos do século XVII, a saber: a propriedade como capital – “meu cavalo” – incorporada ao trabalho contratado – “meu Servo” – e como recurso – “o minério que retirei”.

A esta altura do argumento, Locke volta-se novamente para o Novo Mundo com evidências da prática de pessoas ainda no estado de natureza. “Essa lei da razão”, ele explica, “torna o cervo propriedade do *índio* que o abateu; permite-se que os bens pertençam àqueles que lhes dedicou seu trabalho, mesmo que antes fossem direito comum de todos”. E então, para conectar a vida do índio primitivo com a do Inglês contemporâneo, e, assim, o velho mundo com o novo, ele acrescenta que “entre aqueles que se consideram a parte civilizada da humanidade, que fizeram e multiplicaram leis positivas para determinar a propriedade, essa lei original da natureza que determina o início da *propriedade* sobre aquilo que era antes comum continua em vigor” em relação aos frutos dos esforços de pescadores e caçadores.¹⁵

Por que Locke retira seus exemplos, quase sem diferenciação, em um momento da mais moderna sociedade capitalista e, no momento seguinte, da vida dos primeiros habitantes da América? Estaria ele empregando o que se tornaria a estratégia nada incomum do Iluminismo de formular argumentos para falar de toda a humanidade, para articular uma lei natural da sociedade tão verdadeira para o tempo de Adão e Eva quanto para agora; tão válida para ingleses proprietários de terras, comerciantes e seus empregados quanto para os nativos da Jamaica e das Carolinas? Decerto, esse deve ter sido um de seus motivos, mas apenas um. No entanto, devemos ver para onde sua doutrina das origens e direitos de propriedade o levou antes de estarmos em posição de acessar todo o significado do exotismo generalizado de Locke. Para esse fim, devemos agora nos voltar para os limites que Locke estabeleceu – e depois superou – para a apropriação das posses da terra de Deus.

Locke argumentou que a mesma lei natural divinamente dada, que nos permite possuir coisas necessárias para nossa sobrevivência ao misturar nosso trabalho com elas, “também limita [o uso d] essa propriedade”. São-nos dadas as coisas desta terra para usufruir “tanto quanto qualquer pessoa possa fazer uso de qualquer vantagem da vida antes que se estrague”. Mas ele escreveu empaticamente: “nada foi feito por Deus para que o homem estrague ou destrua”. Além disso, o novo proprietário de terras, por exemplo, não pode reivindicar tudo para si; deve preservar “o bastante e de boa qualidade” para que outros possam mesclar seu trabalho.¹⁶ Expressar receios morais desse tipo parece somente ser o

¹⁴ *Two Treatises*, 307 [Segundo Tratado, § 28, p. 410]. Tanto James Tully, *A Discourse on Property: John Locke and his Adversaries* (Cambridge, 1980), 139, quanto Keith Tribe, *Land, Labour, and Economic Discourse* (Londres, 1978), 49-50, rejeitam uma leitura dessa passagem (de Macpherson, por exemplo), a qual entende que o servo “vendeu” seu trabalho ao mestre. Tully argumenta: “O cortador de grama, que é o servo de Locke, não aliena e não pode alienar sua atividade laboral”; Tribe busca distinguir o trabalho do servo daquele do cavalo de Locke como evidência de que Locke pretendia analisar diferentemente os dois esforços (50-51). Historicamente, a leitura de Tully-Tribe deixa o servo sem razão para concordar em cortar ou não cortar a grama; ele parece apenas tomar uma decisão de entrar ou não em um contrato para realizar um serviço. Não está claro como ele decide. No entanto, é verdade que os escritos de Locke sobre trabalho ganham força ideológica ao se equilibrar na ambiguidade do trabalho visto como uma mercadoria e o trabalho como atividade. Sobre este ponto, mas situando o argumento em um contexto histórico denso, ver o excelente artigo de E. J. Hundert, “The Making of *Homo Faber*. John Locke Between Ideology and History”, *Journal of the History of Ideas*, 33 (1972), 3-22. (N.A.)

¹⁵ *Two Treatises*, 307. [Segundo Tratado, § 30, p. 411]. (N.A.)

¹⁶ *Ibid.*, 308-09. [Segundo Tratado, § 37, p. 418]. “Porém, se eles [propriedade adquirida em um estágio primitivo inicial que ele às vezes chamava de “no princípio”] perecessem na posse dele sem serem devidamente usados;

trabalho de um grande apologista para a parte economicamente mais gananciosa da população do século XVII. Peter Laslett questionou corretamente se tais escrúpulos morais teriam dissuadido um homem que era simplesmente “o porta-voz de uma classe em ascensão, a classe média, os capitalistas, a burguesia”.¹⁷ Como veremos, Locke era muito mais e muito menos do que esses receituários sugerem.

Ele precisava fornecer um meio para afrouxar essas severas injunções calvinistas de não desperdiçar ou usar indevidamente a fim de preservar o princípio de acesso igualitário aos recursos, embora as realidades da sociedade comercial inglesa do século XVII não fossem tão facilmente superáveis. A sociedade comercial da época era uma realidade que nenhum homem sensato poderia negar. Mas a lei moral que governava a propriedade também permanecia ainda viva no espírito popular; um pensador político da época corria um grave risco ao ignorá-la.

O meio que Locke encontrou seria, em sua expressão peculiar, “um pedacinho de metal amarelo”. Ele argumentou:

vê-se claramente que os homens concordaram com a posse desigual e desproporcional da terra, tendo encontrado, por um consentimento tácito e voluntário, um modo pelo qual alguém pode possuir com justiça mais terra que aquela cujos produtos possa usar, recebendo em troca do excedente ouro e prata que podem ser guardados sem prejuízo de quem quer que seja, uma vez que tais metais não se deterioram nem apodrecem nas mãos de quem os possui.¹⁸

Embora possa parecer a alguns que a suspensão das injunções baseadas na lei natural pela provisão de algumas moedas de ouro e prata seja uma solução inadequada, para não dizer deselegante, para um problema filosófico – semelhante ao uso da glândula pineal por Descartes para resolver o problema mente-corpo que ele próprio havia criado –, essa infelicidade não é o principal problema do argumento de Locke. Em vez disso, suas maiores dificuldades surgiram de seus usos do *consentimento*, essa questão mais delicada e explosiva da vida política e da filosofia política do século XVII.

Locke estava decidido a basear sua doutrina do direito à propriedade em uma noção de propriedade-para-sobrevivência, uma versão da teoria do valor-trabalho. Ele evitou as posições tomadas tanto por Grotius quanto por Pufendorf – cujas análises sobre as origens da propriedade ele conhecia bem –, pois eles baseavam o direito à propriedade na concordância do restante da humanidade. E, ao longo do *Segundo Tratado*, ele manteve firmemente sua recusa em fundamentar o direito à propriedade exclusiva no consentimento de seus semelhantes.¹⁹ Como, então, ele poderia argumentar que o grande ato de suspensão

se os frutos ou a caça apodrecessem antes que pudesse consumi-lo, ele estaria ofendendo as leis comuns da natureza.” (N.A.)

¹⁷ Cf. Laslett, Introduction to the *Two Treatises*, 43, and E. J. Hundert, “Market Society and Meaning in Locke's Political Philosophy”, *Journal of the History of Philosophy*, 15 (1977), 33-44. (N.A.)

¹⁸ Locke, *Two Treatises*, 311-12, 319-20, citação em itálico por conta do autor deste ensaio. [*Segundo Tratado*, § 50, p. 428] Cf. o valioso texto de Richard Ashcraft, “The Two Treatises and the Exclusion Crisis: The Problem of Lockean Political Theory as Bourgeois Ideology”, in *John Locke, Papers read at a Clark Library Seminar, 10 December, 1977* (Los Angeles, 1980), 62-63. (N.A.)

¹⁹ Há apenas um pacto para a criação da propriedade; Locke não precisa de uma teoria da propriedade em duas etapas, uma para as primeiras eras do mundo e outra para a vida em uma comunidade, como Tully sugere que

dos limites à aquisição de posses estabelecidos por uma lei natural dada por Deus poderia ser realizado por “um consentimento tácito e voluntário” dos homens em sociedade?²⁰ Como uma lei da natureza poderia ser suspensa por um acordo humano? Se isso fosse possível, os homens poderiam compactuar – se pudessem constituir uma maioria – para fazer da sociedade política uma democracia da ralé e, então, votar para remover a propriedade dos proprietários. Tal medo não era nem negligente nem sem precedentes. A questão de quem poderia participar de forma adequada e segura da liderança política da nação não havia sido resolvida durante o curso da Revolução, e a intenção de Locke em resolver essa questão determinou as estratégias argumentativas que ele empregou nos *Dois Tratados*.²¹

Estamos acostumados a encontrar esse tipo de inconsistência flagrante em Locke. Que todas as nossas ideias se originam da experiência, como ele afirmou no *Ensaio Sobre o Entendimento Humano* – exceto a ideia de Deus, cuja existência podemos deduzir –, talvez seja a mais famosa.²² Estamos habituados a perdoar Locke por seus erros filosóficos porque seu senso de realidade, sua perspicácia metafísica e política, era tão aguçada. Nós o honramos na história da filosofia como o representante inglês destacado do *bon sens* [bom sendo] cartesiano, ao contrário de seu predecessor empirista Hobbes, cujo rigor o levou a formular uma lógica da tirania, ou de seu herdeiro Bispo Berkeley, cujo empirismo implacável o obrigou a confidenciar nossas ideias experimentadas à mente de Deus quando não estavam sendo pensadas por nós.

Entretanto, mesmo que permitíssemos a Locke manter seu truque da moeda como uma maneira de os indivíduos possuírem mais do que poderiam cultivar, armazenar ou consumir, teríamos que perdoá-lo por outros lapsos de lógica. Se a principal preocupação de Locke fosse puramente a aversão divina e humana ao desperdício e à deterioração, ele não

ele faz. Todos os acordos importantes – incluindo o do uso do dinheiro – são feitos no estado de natureza. Neste texto, utilizo o conceito de “consentimento” para significar o acordo da humanidade em usar o dinheiro. Para seu uso em sua teoria do governo, ver John Dunn, “Consent in the Political Theory of John Locke”, *The Historical Journal*, 10 (1967), 153-182 and his *The Political Thought of John Locke* (Cambridge, 1969), 128ff. (N.A.)

²⁰ Em uma passagem, ele escreveu que “o ouro, prata e diamantes são coisas a que a imaginação ou um acordo atribuíram o valor, mais que o uso real e o necessário sustento da vida” (*Second Treatise*, 318) [*Segundo Tratado*, § 46, p. 425], dando assim evidência de sua consciência da dimensão da arbitrariedade humana e até mesmo do capricho na seleção do meio que nos absolverá de nossas obrigações sob a Lei Natural. Sobre essa ilogicidade, ver Karen Iversen Vaughan, *John Locke: Economist and Social Scientist* (Chicago, 1980), 92-93. (N.A.)

²¹ Quer localizemos o centro de gravidade dos *Dois Tratados* na crise de sucessão e nos anos de 1679-1680, como Laslett argumenta de forma convincente (Laslett, *Two Treatises*, Introduction, 65), ou os conectemos à Revolução Gloriosa e a 1690, data de sua publicação anônima, a questão de quem deveria governar a sociedade política, e com que direito, permeia os ensaios de Locke. A esse respeito, devo marcar minha distância do trabalho de Keith Tribe, *Land, Labour, and Economic Discourse*. Seu estudo, que aborda Locke (46-51), ensaia uma leitura estruturalista da teorização econômica e dos teóricos da época. Assim, nem a história nem a autoria importam: “Enquanto este livro lida com formas discursivas arcaicas, não se pode dizer que seja histórico. (...) O uso de autores e textos neste livro é nada mais do que um dispositivo bibliográfico, permitindo ao leitor localizar os termos e a forma da discussão à medida que ela avança” (159-60). Este método leva Tribe a concluir que Hobbes e Locke estavam envolvidos em um discurso que “girava obstinadamente em torno de uma forma patriarcal de organização que havia sido a moeda da ‘sociedade civil’ desde os tempos de Platão” (51), e assim achatava a história a um conjunto inalterável e previsível de problemas. Uma abordagem igual e excessivamente abstrata e a-histórica da história das ideias, também de base estruturalista, é a do mais matizado James Tully, *A Discourse on Property*, 153. Ver a crítica elaborada em: Wood, *Locke and Agrarian Capitalism*, 72-92. (N.A.)

²² Cf. seu *Essay Concerning Human Understanding* [*Ensaio sobre o Entendimento Humano*], ed. Peter H. Nidditch (Oxford, 1979), 618-30. No Livro II, Capítulo II (104), Locke escreveu: “De onde tira [a mente] todos os materiais da razão e do conhecimento? A isto respondo com uma só palavra: da experiência. Aí está o fundamento de todo o nosso conhecimento; em última instância daí deriva todo ele”. No Livro IV, Capítulo XI (630), ele escreveu: “O conhecimento do nosso próprio ser temo-lo por intuição. A existência de um Deus é-nos dada claramente a conhecer pela razão, como foi demonstrado”. (N.A.)

precisaria fornecer uma economia monetária – pelo menos não do ponto de vista da argumentação filosófica – para evitar essa violação da lei natural. O escambo era praticado por muitos dos povos sobre os quais Locke leu em seus livros de viagens. Além disso, pode-se armazenar coisas valiosas disponíveis em excesso às necessidades de muitas formas além de moedas de ouro e prata. Lingotes de ferro, pedras esculpidas, roupas elegantes e utensílios foram todos empregados por vários povos para armazenar riqueza desnecessária; tampouco esses repositórios de excedente social serviram como meios de troca em qualquer sentido moderno. Para exibir sua opulência e assim adquirir maior status, indivíduos, ou mais frequentemente famílias, em certas culturas do Novo Mundo, por exemplo, os sofisticados habitantes nativos da Costa Noroeste da América do Norte, realizavam grandes cerimônias, que maravilhavam os visitantes europeus devido ao esplendor e volume de tesouros distribuídos ou consumidos. Naturalmente, famílias concorrentes tinham que retribuir, e assim a troca de bens e serviços era facilitada entre um povo disperso e belicoso. Mais do que a maioria dos contemporâneos, Locke conhecia as muitas maneiras pelas quais outras culturas resolveram suas versões do problema do desperdício e da troca.

Um ponto mais importante é que, mesmo se aceitássemos o argumento de Locke de que moedas acumuladas nos liberariam de nossos escrúpulos morais sobre manter celeiros cheios de trigo e porões transbordando de colheitas apodrecendo, não estaríamos, ainda assim, livres do outro limite imposto a nós pela lei natural. O armazenamento de riqueza na forma de dinheiro não deixa “o bastante e de boa qualidade” para que outros possam viver. A teoria da propriedade de Locke viola esse segundo limite estabelecido por uma lei natural cuja validade Locke nunca questionou ou afirmou estar suspensa.

Então, seria Locke simplesmente um ideólogo irremediavelmente confuso da nova geração de homens ricos, como seu patrono e consultor de investimentos Shaftesbury? Acredito que a resposta seja negativa. Em sua justificativa para a propriedade privada e para as diferenças de riqueza, Locke fez um movimento filosófico que, em sua aparente falta de lógica, destaca a substância de sua contribuição duradoura para o pensamento político ocidental.

O problema reside no paradoxo da propriedade de Locke. Após a experiência da guerra civil seguida por conflitos contínuos sobre a autoridade no Estado, a proposta de Locke para a propriedade como base da ordem pública na sociedade política foi ao mesmo tempo uma percepção astuta sobre o significado mais profundo dos problemas de seu século e um conselho presciente para futuros governantes e estadistas encarregados de tornar as sociedades imunes a surtos periódicos de febres revolucionárias. Escrevendo sobre os limites do Poder Supremo na sociedade política, o médico que se tornou conselheiro político prescreveu a cura para a revolução popular:

Pois, sendo a preservação da propriedade o fim do governo e a razão por que os homens entram em sociedade, *isso pressupõe e necessariamente exige que o povo tenha propriedade*, sem o que será forçoso supor que todos percam, ao entrarem em sociedade, aquilo que constituía o objetivo pelo qual nela ingressaram.²³

O cenário social e econômico em que Locke escreveu o *Segundo Tratado* – uma conjunção do desenvolvimento intensificado das terras da nação, agora esmagadoramente

²³ *Two Treatises*, 378 [*Segundo Tratado*, § 138, p. 509]. [N.A.] [Destaques em itálico de Lebovics. [N.T.]

nas mãos de proprietários privados, com uma grande população sem-terra de trabalhadores mal pagos e homens sem mestre – torna paradoxal uma teoria da propriedade em que alguém simplesmente misturava trabalho com a terra não utilizada e se tornava proprietário de terra e uma pessoa presumivelmente dedicada à manutenção da boa ordem do reino. Pois, na Inglaterra do final do século XVII, que significado poderia ser atribuído à injunção (que, devemos lembrar, Locke não suspendeu nem encontrou meios de satisfazer) de que somos obrigados a deixar “o bastante e de boa qualidade” para os outros? No sentido em que ele entendia a palavra, poucas pessoas possuíam “propriedade”, isto é, terras em domínio pleno, nos dias de Locke.²⁴ Locke não era um pensador ingênuo. Além disso, nem seu serviço público nem suas conexões comerciais poderiam tê-lo deixado alheio à absoluta escassez de terras na Inglaterra de sua época.

Mas havia terra, bastante e muito boa, no Novo Mundo. Locke, melhor do que a maioria dos homens da vida pública da Inglaterra do final do século XVII, também sabia disso. Deve-se enfatizar que, em sua própria época, ele era creditado como um dos ingleses mais conhecedores sobre o mundo colonial. Ele adquiriu esse conhecimento de diversas maneiras.

Locke estava atrelado a esse Novo Mundo pelas três forças mais poderosas que moldaram sua vida. Em primeiro lugar, sua imaginação era estimulada pelos lugares pouco mapeados e pouco conhecidos do outro lado dos mares. Ele adorava ler livros de viagens, geografia e explorações. Por meio de sua leitura, ele adquiriu um conhecimento extenso do que se sabia sobre as novas terras ultramarinas que estavam entrando na consciência europeia.²⁵

²⁴ Gregory King, *Natural and Political Observations and Conclusions upon the State and Condition of England*, 1696 (London, 1896), seções reproduzidas em: C. B. Macpherson, *Political Theory of Possessive Individualism*, Appendix, 279. D. C. Coleman, “Labour in the English Economy of the Seventeenth Century”, *Economic History Review*, 2nd series, 8 (1955), 280-95, esp. 283. H. J. Habbakkuk, “English Landownership, 1680-1740,” *Economic History Review*, 10 (1940), 4. Robert Brenner, “Agrarian Class Structure and Economic Development in Pre-Industrial Europe”, *Past and Present*, n.º. 70 (1976), 63. O artigo do Professor Brenner desencadeou um grande debate acadêmico (sete comentários/ataques e a longa Réplica de Brenner) que se desenrolou nas páginas da revista *Past and Present*, nos. 78 (Feb., 1978), 79 (May, 1978), 80 (Aug., 1978), 85 (Nov., 1979), and 97 (Nov., 1982). E. S. De Beer “Introduction to the *Correspondence of John Locke*” (8 vols.; London, 1976-), I, xxxii, and n. 1; Wood, *The Politics of Locke's Philosophy*, 19, 26; assim como em seu *Locke and Agrarian Capitalism*, 30. J. P. Cooper, “The Social Distribution of Land and Men in England, 1436-1700”, *Economic History Review*, 2nd series, 20 (1967), 419-37. F. M. L. Thompson, “The Social Distribution of Landed Property in England since the Sixteenth Century”, *Economic History Review*, 2nd series, 19 (1966), 505-17. Conferir também: E. L. Jones, “Agriculture and Economic Growth in England, 1660-1750: Agricultural Change”, em: E. L. Jones (ed.), *Agriculture and Economic Growth in England, 1650-1815* (London, 1967), 152ff. Joyce Oldham Appleby, *Economic Thought and Ideology in Seventeenth Century England* (Princeton, 1978), 153. (N.A.)

²⁵ Peter Laslett, “John Locke and his Books”, ensaio introdutório em Harrison e Laslett, *Locke's Library*, 4, 15-18, 22-25, 28-29. Ver também Cranston, 463; Wood, *The Politics of Locke's Philosophy*, 31-32. Na parte de sua biblioteca sobre a qual temos informações – talvez metade de seus livros –, ele tinha mais títulos sobre medicina, sua primeira profissão (cerca de 11,1%), sobre direito e política (10,7%) e clássicos gregos e latinos (10,1%). Mas livros de religião e teologia, compreendendo 23,8% da coleção de Oxford, eram a maior categoria individual. Cf. Appleby, 220ff.; Cranston, 396; Peter Laslett, “John Locke, The Great Recoinage, and the Origins of the Board of Trade, 1695-1698”, em John W. Yolton (ed.), *John Locke: Problems and Perspectives, A Collection of Essays* (Cambridge, 1969), 137ff. Os editores de *The Works of Locke* incluem um Prefácio escrito por Locke para a antologia em quatro volumes da *Collection of Voyages* de seu amigo Awnsham Churchill (Londres, 1704). O Prefácio é uma narrativa longa e cuidadosa em estilo de catálogo sobre importantes viagens e descobertas. Neste texto, Locke forneceu informações detalhadamente elaboradas sobre produtos naturais úteis e itens de comércio, bem como informações geográficas e de navegação. Ele ofereceu conselhos a futuros exploradores sobre precauções a serem tomadas ao empreender novas aventuras e propôs regiões ainda inexploradas para futuros esforços. *The Works of John Locke* (10 vols.; Londres, 1923), X, 358-511. Ver mais em *Works*, X, 511-64, seu ensaio “A Catalogue and Character of Most Books of Voyages and Travels”, que lista livros sobre viagens e explorações em latim, italiano, francês, espanhol e inglês, com críticas detalhadas sobre a qualidade, credibilidade e utilidade de cada um. (N.A.)

Em segundo lugar, seu bem-estar econômico dependia em parte de seus investimentos em várias empreitadas coloniais. O patrocínio de Shaftesbury garantiu-lhe o cargo de Secretário dos Lordes Proprietários da Carolina.²⁶ Seu amigo o direcionou a investir na Bahamas Adventurers (outra iniciativa dos Lordes Proprietários), na Companhia de Richard Thompson, na Royal Africa Company e na East India Company.²⁷ Na véspera de sua aposentadoria, talvez metade de sua renda viesse desses investimentos.²⁸

Em terceiro lugar, sua carreira no serviço público lhe trouxe conhecimento prático sobre assuntos coloniais e grande parte do resto de sua renda. Locke passou seus dois mandatos no serviço estatal ajudando a moldar e direcionar a política colonial imperial. De 1673 a 1675, enquanto servia aos Lordes Proprietários da Carolina, ele obteve, por meio de Shaftesbury, um posto similar no Conselho de Comércio e Plantações.²⁹ Em 1675, o Conde de Danby, o novo ministro de Carlos II e inimigo de Shaftesbury, dissolveu o Conselho. Somente alguns anos após a Revolução Gloriosa e o retorno de Locke do continente, o Conselho foi recriado. De 1696 até sua aposentadoria em 1700, ele serviu neste último, que Guilherme III havia reconstituído como o Conselho de Comércio.³⁰

Assim, tanto a necessidade teórica quanto a experiência prática convergiram para apontar Locke em direção à solução de seu problema. Se no início o mundo todo era a América, Locke entendeu que, no final do século XVII, uma grande parte dele ainda permanecia nas circunstâncias que ele definiu como o estado de natureza. No *Segundo Tratado*, ele escreveu: “nas primeiras eras do mundo, quando os homens estavam mais em perigo de se perderem por se afastarem da companhia dos demais, nos vastos ermos da Terra de então, do que de serem pressionados pela falta de espaço no qual plantar”.³¹ Mas tal vastidão ainda existia, pois ele continuou:

E a mesma medida pode ainda ser admitida, sem o prejuízo de quem quer que seja, por mais repleto que o mundo pareça estar. Pois suponhamos um homem, ou uma família, no estado em que se encontravam quando o mundo começou a ser povoado pelos filhos de Adão ou de Noé; caso ele plantasse em alguma das terras incultas do interior da América, veríamos que as posses que poderia amealhar para si mesmo segundo as medidas que apresentamos não seriam muito grandes e tampouco, mesmo nesses dias, prejudicariam o resto dos homens ou lhes dariam motivo para se queixarem ou se julgarem lesados pela usurpação desse homem, embora a raça dos homens se tenha

²⁶ Cf. E. S. De Beer (ed.), *The Correspondence of John Locke*, I, xxxii and n. 1. (N.A.)

²⁷ Cf. Wood, *The Politics of Locke's Philosophy*, 26. A sugestão de Shaftesbury, por exemplo, levou Locke a investir £200 na Bahamas Adventurers pouco antes de assumir seu cargo como Secretário do Conselho de Comércio e Plantações. Ele vendeu as ações com lucro. Cranston, 155-56. (N.A.)

²⁸ Cranston, 153-54. (N.A.)

²⁹ Ibid., 404ff. (N.A.)

³⁰ Laslett, *John Locke: Problems and Perspectives*, 137ff. Uma luta burocrática sobre questões administrativas menores relacionadas à plantação da Virgínia colocou Locke do lado de fornecer uma maior autonomia para a colônia. Uma das preocupações de Locke em seu novo cargo era a relação adequada dos irlandeses com a economia inglesa. O papel da Irlanda no pensamento de Locke é discutido em Cranston, 408-09, Laslett, *ibid.*, 159-60, Hugh Kearney, “The Political Background to English Mercantilism, 1695-1700”, *Economic History Review*, 12 (1959). Ver na *Correspondence* as cartas entre Locke e seu admirador irlandês William Molyneux. (N.A.)

³¹ *Two Treatises*, 310-11 [*Segundo Tratado*, § 36, pp. 415-6]. (N.A.)

hoje espalhado para todos os cantos do mundo e exceda infinitamente o pequeno número [que] havia no princípio.³²

Locke estava aqui oferecendo o Novo Mundo, especificamente os assentamentos coloniais da América, enquanto validação de sua filosofia sociopolítica. Pois “mesmo nesses dias” alguém poderia ir para lá e, sem tomar demais nem negar a outro a sua parte, misturar seu trabalho com os prados e florestas para se juntar às fileiras dos proprietários da Inglaterra. Se alguém não possuísse terras adequadas nem dinheiro em ouro e prata na Inglaterra – como era a circunstância da maioria da nação –, Locke oferecia a América como a chave que daria acesso à participação na vida da sociedade política. Mas e quanto aos habitantes aborígenes dessas terras, os índios, por exemplo – não eram eles os proprietários da terra mesmo antes do primeiro navio ter partido da Europa?

Locke forneceu dois argumentos de porquê os colonos europeus teriam o direito de tomar posse dessas “novas” terras. Primeiro, embora ele concedesse que, de fato, Deus havia dado o mundo aos homens em comum, ele lembrou ao leitor que “lhes deu o mundo para benefício deles e para a maior conveniência da vida que dele fossem capazes de extrair”. Portanto, “não se pode supor que tivesse Ele a intenção de que permanecesse comum e inculto para sempre. Deu-o para o uso dos diligentes e racionais (e o *trabalho* haveria de ser o seu *título* de propriedade)”.³³ Assim, para obter o direito a uma parte da natureza, uma pessoa não deve simplesmente misturar seu trabalho a ela, mas é obrigada a maximizar a produtividade do esforço. Conforme ele escreveu: “Mas se a relva dentro de seu cercado apodrecesse no solo, ou se o fruto de seu plantio perecesse sem ser colhido e armazenado, esse pedaço de terra, não obstante sua cercadura, seria ainda visto como abandonado, e poderia ser a posse de qualquer outro”.³⁴ Com esse *tour de force* filosófico, Locke conseguiu, com o mesmo argumento, justificar a desapropriação das terras ancestrais dos índios na distante América, assim como o contínuo cercamento das terras comuns outrora reservadas pelo costume para uso dos camponeses do interior da Inglaterra.

Essa dupla argumentação de Locke nos estimula a aceitar a leitura que o toma como um grande filósofo do sistema mundial em desenvolvimento que ligou o velho mundo ao novo mediante laços de dominação e subordinação. Considerando a principal medida – a energia humana despendida para modificar a natureza – e, para Locke, seu correlativo necessário – a maximização da produção –, claramente a maioria dos nativos americanos não atendia a essas qualificações principais para possuir uma parte da América.

Em segundo lugar, os europeus obtiveram a justificativa para deslocar os habitantes originais das colônias ultramarinas da Europa, já que os nativos dessas regiões não usavam dinheiro como meio de troca. Locke argumentou:

há ainda grandes extensões de solo disponíveis (cujos habitantes não se uniram ao resto da humanidade no consentimento ao uso de seu dinheiro

³² Ibid., itálico do autor deste ensaio. (N.A.) O itálico de autoria de Lebovics se refere apenas ao trecho “mesmo nesses dias”. Os demais destaques são de autoria do Locke. (N.T.)

³³ Ibid., 309 [*Segundo Tratado*, § 34, p. 414]. (N.A.)

³⁴ Ibid., 310, 313 [*Segundo Tratado*, § 38, p. 419]. (N.A.)

comum), que estão incultas e são mais do que as pessoas que nelas vivem usam ou podem usar e, portanto, ainda são comuns.³⁵

Locke admitiu que certos índios usavam artefatos conhecidos como Wampompeke (wampum), que ele entendeu que desempenhavam algumas das funções do dinheiro. Mas aqui sua leitura etnográfica provou-se de grande ajuda para a filosofia do sistema mundial. Ele entendeu que o Wampompeke era usado em situações cerimoniais, não primariamente como meio de troca comercial (“dinheiro comum”) no sentido em que moedas de metais preciosos eram usadas na Europa. Consequentemente, os habitantes aborígenes da América continuavam no estado de natureza também nesse sentido. As terras que onde ameríndios caçavam e até cultivavam não eram deles, pelo menos não como o eram os aluguéis da propriedade de Locke em Somerset, mesmo enquanto vivia em Oxford, Londres ou no exílio continental.³⁶

Locke, mais do que percebíamos até agora, capturou a essência de sua época em seu tratamento da relação entre propriedade, expansão colonial e bom governo. Propriedade como critério para participação na vida política do país, propriedade enquanto garantia de conduta conservadora, a *promessa* de propriedade como um incentivo para a tranquilidade social – essas eram as funções chave que Locke atribuía à posse de recursos no *Segundo Tratado*. Bastava misturar o trabalho com a generosidade da natureza divina para criar essa propriedade. Os escritos políticos de Locke – por mais que visassem questões contemporâneas – buscavam estabelecer uma fundamentação sólida para uma teoria de governo que satisfizesse a elite, apaziguasse os governados da época – e, além disso, mantivesse a lealdade das gerações futuras.³⁷

Comentadores notaram a curiosa ambiguidade dos escritos políticos de Locke, os quais lhe permitiram justificar as ações de homens ricos, gananciosos e rebeldes de sua época e de épocas posteriores, ao mesmo tempo em que oferecia a promessa de uma participação

³⁵ Ibid., 317 [*Segundo Tratado*, § 45, pp. 424-5]. (N.A.)

³⁶ Ibid., 409. Ver também Martin Seliger, *The Liberal Politics of John Locke* (Nova York, Washington, 1969), 114-18. A imagem europeia dos nativos americanos é habilmente dissecada em Robert F. Berkhofer, Jr., *The White Man's Indian: Images of the American Indian from Columbus to the Present* (Nova York, 1978), esp. Part One and 75. Sobre o significado sagrado que os Algonquinos atribuíram ao wampum e sua transformação em um item de comércio semelhante ao dinheiro, ver Ruth M. Underhill, *Red Man's America* (ed. rev.; Chicago, Londres, 1975), 67-69. Em 1725, o Reverendo John Bulkley publicou um prefácio às *Poetical Meditations* de Roger Wolcott em New London, Connecticut. Neste texto (ver especialmente xiiff.), ele invocou a autoridade do Sr. Locke para justificar a alegação de que os colonos da Nova Inglaterra poderiam possuir terras sem possuir um título concedido pelos índios apropriados. Na visão do Reverendo Sr. Bulkley, as reivindicações indígenas sobre a terra, justificadas por serem os primeiros ocupantes, tinham que ceder às reivindicações superiores sobre a mesma terra conferidas pelo trabalho dos colonos. Ver mais sobre Locke e os índios da América, John Dunn, “The Politics of Locke in England and America in the Eighteenth Century”, em Yolton, *John Locke: Problems and Perspectives*, 71-72 e *passim*, e para as implicações de equiparar a América a um estágio primitivo anterior da vida do Velho Mundo, Ronald Meek, “In the Beginning all the World was American”, *Social Science and the Ignoble Savage* (Cambridge, 1978), cap. 2. (N.A.)

³⁷ Sobre o impacto imediato limitado dos *Dois Tratados*, ver Martyn P. Thompson, “The Reception of Locke's Two Treatises of Government, 1690-1705”, em *Political Studies*, 24 (1976), 184-91. Sobre a posição de Locke entre seus contemporâneos, ver também a discussão detalhada no ensaio de John Dunn em Yolton, *John Locke: Problems and Perspectives*, 45ff. No entanto, no século XVIII, Locke já havia assumido seu lugar familiar e totalmente apropriado como o maior filósofo político da Inglaterra. J. G. A. Pocock, em seu *Machiavellian Moment: Florentine Political Thought and the Atlantic Republican Tradition* (Princeton, 1975), 423-24, descarta os escritos políticos de Locke como de pouca importância para o grande movimento do humanismo cívico que ele argumenta ser a chave para a era augusta. (N.A.)

política sem precedentes para muitos.³⁸ Essa ambiguidade funciona de várias maneiras. Leitores do *Segundo Tratado* rapidamente notam o deslizamento entre “propriedade” e “vida, liberdade e Propriedade”, como se fossem o mesmo conceito. Mas, ao vincular vida e liberdade à propriedade, ele excluiu do governo a grande maioria das pessoas. Novamente, em sua *Carta acerca da tolerância*, Locke descreveu o governo que terminava o estado de natureza enquanto garantidor da “segurança para as posses particulares dos indivíduos, como ainda para toda a gente”³⁹, e não enquanto aquele, como poderíamos esperar conhecendo o argumento do *Segundo Tratado*, que atendesse apenas às necessidades dos proprietários. Além disso, nenhuma era que tivesse visto grandes grupos de homens ideologicamente despertos e armados forçando seu rei a prestar contas, bem como um número de homens recentemente enriquecidos encontrarem seu caminho ao topo, poderia facilmente aceitar uma teoria política que vislumbasse o governo de um monarca absoluto ou de uma elite política fechada. Podemos entender o próprio ataque de Locke à defesa do governo absoluto de Sir Robert Filmer, no *Primeiro Tratado*, como evidência desse ponto. E ainda assim, aquela coalizão de aristocratas e novos homens com quem Locke convivia ainda não estava preparada para abrir a porta do poder para que as camadas mais baixas em riqueza e eminência pudessem entrar.

C. B. Macpherson propôs uma maneira por meio da qual ele acredita que Locke teria resolvido essa ambiguidade. Na visão de Macpherson, a doutrina de Locke sobre o direito de posse exclusiva criada ao adicionar o trabalho aos recursos apontava tanto para a noção capitalista moderna de propriedade privada quanto, por implicação, para uma teoria contemporânea de participação política.⁴⁰ No entanto, como vimos, em termos das tensões não resolvidas da vida do século XVII e, mais importante, da estimativa de Locke sobre os desenvolvimentos futuros, isso não é solução alguma. Simplesmente não existia na Inglaterra de Locke terra, minas ou florestas não reclamadas o suficiente às quais uma maioria crescente de população sem-terra pudesse atrelar seu trabalho. Como também vimos, sua doutrina do dinheiro envolveu Locke em confusões sem esperança e violações flagrantes da lei natural.

No final dos anos 1690, quando suas experiências no Conselho de Comércio o conduziram mais uma vez à conexão direta com o funcionamento do império, e talvez quando refletiu sobre as implicações dos argumentos que havia traçado no *Segundo Tratado*, ele acrescentou ao seu texto do *Segundo Tratado* o julgamento de que “a grande arte de governar consiste na ampliação das terras e no uso correto destas”.⁴¹ A própria percepção de Locke de que a solução para seu problema filosófico de como fundamentar uma teoria de uma ordem social dinamicamente estável se encontrava logo do outro lado do Atlântico agora se destaca em sua plena, embora ameaçadora, clareza. Indo muito além das teorias sociais simplistas do mercantilismo de sua época, sua filosofia política integrou a realidade do colonialismo e as riquezas promissoras dos recursos coloniais à filosofia política moderna de uma nova maneira. Ele fez do império colonial um vínculo vital entre a nova elite da Grã-Bretanha e aqueles a quem governavam. Assim, ele fortaleceu o nascente liberalismo da

³⁸ E.g., Dunn, *ibid.*, 53. (N.A.)

³⁹ Cf. *Letters Concerning Toleration* (Londres, 1905), 178. Ver essa leitura mais democrática, ou pelo menos simpática às reivindicações nacionalistas irlandesas, em Paschal Larkin, *Property in the Eighteenth Century with Special Reference to England and Locke* (Londres, 1930), 64ff. (N.A.)

⁴⁰ C. B. Macpherson, “Capitalism and the Changing Concept of Property”, in Eugene Kamenka and R. S. Neale (eds.), *Feudalism, Capitalism, and Beyond* (Canberra, 1975), 112-13. (N.A.)

⁴¹ *Two Treatises*, 314-15 and notes to par. 42. [*Segundo Tratado*, § 42, p. 422]. (N.A.)

sociedade britânica ao construir nele a promessa de crescimento, acima de tudo, de paz social por meio do império. Além disso, compreender sua ideia de império dessa maneira sugere a direção para uma reavaliação dessas teorias do imperialismo moderno – inclusa a de Lenin – que veem tal expansão como um “último estágio”, em vez de um elemento constitutivo da tradição liberal.

Na história da filosofia, o uso de Locke de um continente inteiro, na verdade, de diversos continentes, como um *deus ex machina* para seu sistema filosófico, é sem precedentes. Mas, novamente, a violenta expansão da dominação das sociedades europeias sobre o resto do mundo – um processo ainda no começo na época de Locke – é também sem precedentes. Quase trezentos anos depois, ainda podemos aprender com Locke. Pois sua compreensão da relação entre os mundos antigo e novo, por mais imperfeita que tenha sido, aprofundou nosso próprio entendimento de importantes correntes de pensamento e de suas práxis correlativas – que, desde seus primórdios na era moderna, direcionaram as sociedades ocidentais mais poderosas no caminho de aumentar seu poder e reforçar sua estabilidade interna ao se apropriar do trabalho do povo e dos recursos de culturas antigas distantes, batizadas pelos seguidores da civilização europeia como um “Novo Mundo”.

SUNY, Stony Brook.

Referências bibliográficas

APPLEBY, Joyce Oldham. *Economic Thought and Ideology in Seventeenth Century England*. Princeton, 1978.

ASHCRAFT, Richard. “The Two Treatises and the Exclusion Crisis: The Problem of Lockean Political Theory as Bourgeois Ideology”. In: John Locke, *Papers read at a Clark Library Seminar*, 10 December, 1977. Los Angeles, 1980.

BERKHOFER Jr., Robert F. *The White Man's Indian: Images of the American Indian from Columbus to the Present*. Nova York, 1978.

BRENNER, Robert. “Agrarian Class Structure and Economic Development in Pre-Industrial Europe”. *Past and Present*, nº. 70 (1976), p. 63.

BULKLEY, John (Rev.). Preface. *Poetical Meditations de Roger Wolcott*. New London, Connecticut, 1725.

CHURCHILL, Awnsham. *Collection of Voyages* (4 volumes). Londres, 1704. [Prefácio escrito por John Locke]

COLEMAN, D. C. “Labour in the English Economy of the Seventeenth Century”. *Economic History Review*, 2nd series, 8 (1955), pp. 280-95.

COOPER, J. P. "The Social Distribution of Land and Men in England, 1436-1700". *Economic History Review*, 2nd series, 20 (1967), pp. 419-37.

CRANSTON, Maurice. *John Locke: A Biography*. New York, 1957.

DALY, James. *Sir Robert Filmer and English Political Thought*. Toronto, 1979.

DE BEER, E. S. (ed.). *The Correspondence of John Locke* (8 vols.). London, 1976-.

BRENNER Debate - Seven comments/attacks and Brenner's long Reply published in Past and Present, nos. 78 (Feb., 1978), 79 (May, 1978), 80 (Aug., 1978), 85 (Nov., 1979), and 97 (Nov., 1982).

DUNN, John. "Consent in the Political Theory of John Locke". *The Historical Journal*, 10 (1967), pp. 153-182.

DUNN, John. "The Politics of Locke in England and America in the Eighteenth Century". In: Yolton, John W. (ed.). *John Locke: Problems and Perspectives*. Cambridge, 1969.

DUNN, John. *The Political Thought of John Locke*. Cambridge, 1969.

HABBAKKUK, H. J. "English Landownership, 1680-1740". *Economic History Review*, 10 (1940), p. 4.

HARRISON, John; LASLETT, Peter. *The Library of John Locke*. Oxford, 1965.

HUNDERT, E. J. "Market Society and Meaning in Locke's Political Philosophy". *Journal of the History of Philosophy*, 15 (1977), pp. 33-44.

HUNDERT, E. J. "The Making of Homo Faber: John Locke Between Ideology and History". *Journal of the History of Ideas*, 33 (1972), pp. 3-22.

JONES, E. L. "Agriculture and Economic Growth in England, 1660-1750: Agricultural Change". In: Jones, E. L. (ed.). *Agriculture and Economic Growth in England, 1650-1815*. London, 1967.

KEARNEY, Hugh. "The Political Background to English Mercantilism, 1695-1700". *Economic History Review*, 12 (1959).

KING, Gregory. *Natural and Political Observations and Conclusions upon the State and Condition of England, 1696*. London, 1896.

LARKIN, Paschal. *Property in the Eighteenth Century with Special Reference to England and Locke*. Londres, 1930.

LARKIN, Peter. "John Locke and his Books". In: Harrison, John; Laslett, Peter. *Locke's Library*. Oxford, 1965.

- LARKIN, Peter. "John Locke, The Great Recoinage, and the Origins of the Board of Trade, 1695-1698". In: Yolton, John W. (ed.). *John Locke: Problems and Perspectives, A Collection of Essays*. Cambridge, 1969.
- LARKIN, Peter. *Locke's Two Treatises of Government*. A Critical Edition with Introduction and Notes (2nd ed.). Cambridge, 1970.
- LOCKE, John. *Dois tratados sobre o governo*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- LOCKE, John. *Essay Concerning Human Understanding*. ed. Peter H. Nidditch. Oxford, 1979.
- LOCKE, John. *Letters Concerning Toleration*. Londres, 1905.
- LOCKE, John. *The Works of John Locke* (10 vols.). Londres, 1923.
- MACPHERSON, C. B. "Capitalism and the Changing Concept of Property". In: Kamenka, Eugene; Neale, R. S. (eds.). *Feudalism, Capitalism, and Beyond*. Canberra, 1975.
- MACPHERSON, C. B. *The Political Theory of Possessive Individualism: Hobbes to Locke*. Oxford, 1962.
- MEEK, Ronald. *Social Science and the Ignoble Savage*. Cambridge, 1978.
- OLIVECRONA, Karl. "Appropriation in the State of Nature: Locke on the Origin of Property". *Journal of the History of Ideas*, 35 (1974), pp. 211, 218, 227.
- OLIVECRONA, Karl. "Das Meinige nach der Naturrechtslehre". *Archiv für Rechts- und Sozialphilosophie*, 59 (1973), p. 197ff.
- OLIVECRONA, Karl. "Locke's Theory of Appropriation". *Philosophical Quarterly*, 24 (1974), pp. 220, 226.
- OLIVECRONA, Karl. "The Term 'Property' in Locke's Two Treatises of Government". *Archiv für Rechts- und Sozialphilosophie*, 61 (1975), pp. 110-14.
- POCOCK, J. G. A. *Machiavellian Moment: Florentine Political Thought and the Atlantic Republican Tradition*. Princeton, 1975.
- ROHBECK, Johannes. "Property and Labour in the Social Philosophy of John Locke". *History of European Ideas*, 5 (1984), pp. 65-77.
- SELIGER, Martin. *The Liberal Politics of John Locke*. Nova York, 1969.
- SELIGER, Quentin. "Meaning and Understanding in the History of Ideas". *History and Theory*, 8 (1969), pp. 3-53.
- THOMPSON, F. M. L. "The Social Distribution of Landed Property in England since the Sixteenth Century". *Economic History Review*, 2nd series, 19 (1966), pp. 505-17.

- THOMPSON, Martyn P. "The Reception of Locke's Two Treatises of Government, 1690-1705". *Political Studies*, 24 (1976), pp. 184-91.
- TRIBE, Keith. *Land, Labour, and Economic Discourse*. Londres, 1978.
- TULLY, James. *A Discourse on Property: John Locke and his Adversaries*. Cambridge, 1980.
- TYRRELL, James. *Patriarchia non Monarcha*. 1681.
- UNDERHILL, Ruth M. *Red Man's America* (ed. rev.). Chicago, Londres, 1975.
- VAUGHAN, Karen Iversen. *John Locke: Economist and Social Scientist*. Chicago, 1980.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *The Modern World-System, I, Capitalist Agriculture and the Origins of the World-Economy in the Sixteenth Century*. Nova York, 1974.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *The Modern World-System, II, Mercantilism and the Consolidation of the European World-Economy, 1600-1750*. Nova York, 1980.
- WOLF, Eric R. *Europe and the People without History*. Berkeley, 1982.
- WOOD, Neal. *John Locke and Agrarian Capitalism*. Berkeley, 1984.
- WOOD, Neal. *The Politics of Locke's Philosophy: A Social Study of "An Essay Concerning Human Understanding"*. Berkeley, 1983.
- YOLTON, John W. (ed.). *John Locke: Problems and Perspectives, A Collection of Essays*. Cambridge, 1969.